

• Setembro de 2010 •

3 DE SETEMBRO DE 2010

Sobre o sentido e a falta de
sentido de se fazer um diário

Confesso: ao começar a escrever (são 5h), não tenho a menor ideia do que está por vir, se é que virá alguma coisa, quanto vai durar e por quanto tempo vou precisar dela, sentir o impulso de realizá-la e desejar mantê-la em andamento. E a intenção ainda não está clara, que dirá o propósito. A questão do “para quê” é difícil de responder. No momento em que me sentei à mesa do computador, não havia um novo assunto candente à espera para ser mastigado e digerido, nenhum livro novo a ser escrito, nenhum material antigo a ser revisado, reciclado ou atualizado, nada de novo para saciar a curiosidade do entrevistador, nenhuma palestra a ser esboçada por escrito antes de ser proferida – nenhuma solicitação, incumbência ou prazo final... Em suma, não havia nem uma estrutura montada, à espera de ser preenchida, nem um prato cheio de material bruto à espera de molde e de fôrma.

Creio que a questão “por quê” é mais adequada nesse caso que a pergunta “para quê”. Os motivos para escrever são abun-

dantes, uma multidão de voluntários alinhados até serem notados, destacados e escolhidos. A decisão de escrever é, por assim dizer, “sobredeterminada”.

Para começar, não consegui aprender outra forma de ganhar a vida a não ser escrevendo. Um dia sem escrita parece um dia perdido ou criminosamente abortado, um dever omitido, uma vocação traída.

Prosseguindo, o jogo das palavras é para mim o mais celestial dos prazeres. Gosto muito desse jogo – e o prazer atinge os píncaros quando, reembaralhadas as cartas, meu jogo parece fraco e preciso forçar o cérebro e lutar muito para preencher as lacunas e superar as armadilhas. Esqueça o destino: estar em movimento, e pular sobre os obstáculos ou afastá-los com um chute, é isso que dá sabor à vida.

Outro motivo: sinto-me incapaz de pensar sem escrever. Imagino que eu seja primeiro um leitor e depois um escritor – pedaços, retalhos, fatias e frações de pensamentos em luta para nascer, suas aparições fantasmagóricas/espectrais rodopiam, comprimindo-se, condensando-se e novamente se dissipando; devem ser captados primeiro pelos olhos, antes que se possa detê-los, colocá-los no lugar e lhes dar contorno. Primeiro precisam ser escritos em série para que um pensamento razoavelmente bem-acabado possa nascer; ou, se isso falhar, ser abortado ou enterrado como natimorto.

Além do mais, embora eu adore o isolamento, tenho horror à solidão. Depois que Janina se foi, cheguei ao fundo mais sombrio da solidão (se é que a solidão tem um fundo), ali onde se juntam seus sedimentos mais amargos e pungentes, seus miasmas mais tóxicos. Como o rosto de Janina é a primeira imagem que vejo ao abrir meu desktop, o que se segue depois que conecto o Microsoft Word nada mais é que um diálogo. E o diálogo faz da solidão uma impossibilidade.

Por fim, embora não menos importante, suspeito que eu seja um grafômano, por natureza ou criação... Um viciado que precisa de mais uma de suas doses diárias ou que se arrisca até as agonias

da abstinência. *Ich kann nicht Anders* (Não posso fazer diferente). Esse provavelmente é o motivo profundo, aquele que torna a busca por motivos tão desesperada e inconclusiva quanto inescapável.

Quanto às outras causas e motivos, realmente não é possível contá-los, e, pelo que sei, seu número continuará a crescer a cada dia. Entre os que mais se destacam no momento está o sentimento progressivo de que estou abusando da hospitalidade, de que já fiz imoderadamente o que minhas capacidades moderadas me permitiam ou me obrigavam, e que portanto chegou a hora de aplicar a mim mesmo a recomendação de Wittgenstein, de manter silêncio sobre as coisas que não devo falar ou comentar (coisas, acrescentaria eu, que não devo mencionar ou debater com *responsabilidade*, ou seja, com a convicção legítima de ter algo de útil a oferecer). E as coisas de que não devo falar são, cada vez mais, aquelas que vale a pena comentar hoje. Minha curiosidade se recusa a aposentar-se, contudo, minha capacidade de satisfazê-la ou pelo menos de aplacá-la e aliviá-la não pode ser levada ou persuadida a prosseguir. As coisas fluem rápido demais para dar lugar à esperança de captá-las em pleno voo. É por isso que a análise de um novo tema, um novo assunto para estudo prolongado, à espera de que se faça justiça a seu objeto, já não está entre minhas cartas. Não porque falte conhecimento disponível para consumo – mas em razão de seu excesso, que desafia todas as tentativas de absorvê-lo e digeri-lo.

Talvez essa inviabilidade da absorção seja resultado do envelhecimento e da perda de vigor – uma questão total ou principalmente física e biológica, cujas raízes podem ser encontradas, em última instância, na mutabilidade de meu próprio corpo e de minha mente (uma conjectura plausível, tornada ainda mais digna de crédito pela impressão de que os recursos necessários para obter e processar novas informações, fornecidos em minha juventude sob a forma de um número limitado de cédulas monetárias de grande valor, são agora oferecidos em enormes pilhas de moedas de cobre, grandes em volume e peso, mas abominavelmente reduzidas em matéria de poder de compra – o que as torna, tomando de empréstimo uma expressão de

Günther Anders, “supraliminares” para um corpo envelhecido e uma mente que se cansa com facilidade). Nossa época esmerase em pulverizar tudo, mas nada de modo tão profundo quanto a imagem do mundo: essa imagem se tornou tão pontilhista quanto a do tempo que preside sua fragilização e fragmentação.

Concluo que, finalmente, o mundo fragmentado se emparelhou com os pintores de sua aparência. Uma antiga fábula indiana me vem à cabeça; meia dúzia de pessoas, topando com um elefante no caminho, tenta avaliar a natureza do estranho objeto que encontraram. Cinco delas são cegas, nenhuma é alta o suficiente para tocar e sentir o elefante como um todo, de modo a juntar as impressões fracionadas formando uma visão da totalidade; a única que tem olhos para ver, no entanto, é muda... Ou me lembro da advertência de Einstein, de que, embora, em princípio, uma teoria possa ser provada por experimentos, não há um caminho que leve dos experimentos ao nascimento de uma teoria. Einstein devia saber muito sobre o assunto. O que ele não imaginava nem podia imaginar era o advento de um mundo, e de uma forma de viver nele, composto apenas de experimentos, sem teoria para planejá-los nem instruções confiáveis sobre como iniciá-los, dar-lhes sequência e avaliar seus resultados.

Qual é, afinal, a diferença entre viver e contar a vida? Não faria mal aproveitar uma dica de José Saramago, fonte de inspiração que descobri há pouco tempo. Em seu próprio quase-diário, reflete ele: “Creio que todas as palavras que vamos pronunciando, todos os movimentos e gestos, concluídos ou somente esboçados, que vamos fazendo, cada um deles e todos juntos, podem ser entendidos como peças soltas de uma autobiografia não intencional que, embora involuntária, ou por isso mesmo, não seria menos sincera e veraz que o mais minucioso dos relatos de uma vida passada à escrita e ao papel.”*

Exatamente.

* Todos os textos de Saramago aqui citados estão em O caderno de Saramago, seu blog na página da Fundação José Saramago, disponível em: josesaramago.org. No Brasil, parte deles encontra-se publicada em *O caderno* (Companhia das Letras, 2009). (N.T.)

4 DE SETEMBRO DE 2010

Sobre a utilidade de lutar
contra moinhos de vento

No limiar do terceiro milênio, a França, tal como a maior parte do planeta, sofria as agonias da incerteza. O ingresso na nova era foi adequadamente precedido pelo que talvez tenha sido (nunca temos certeza) um dos embustes mais bem-sucedidos na história: o “bug do milênio”, que colocou milhares de empresas e agências governamentais sérias, realistas, assim como milhões de súditos e clientes seus, em estado de alerta provocado pela visão apavorante, quase apocalíptica, das rotinas da Terra interrompidas de vez, da suspensão da vida no planeta, no exato encontro entre a noite de Réveillon e o dia de Ano-novo. Não tendo acontecido esse fim do mundo, as empresas de informática contabilizaram suas bênçãos e somaram os lucros; e o desastre que jamais ocorreu logo foi esquecido, afastado da atenção do público, estimulada e cronicamente agitada por desastres que *realmente* ocorreram ou eram iminentes; enquanto isso, a desagregação da confiança e a condensação das incertezas públicas – o tipo de problema que a história do “bug do milênio” simbolizava – mantiveram-se firmes e se recusaram a sair do lugar, quanto mais a dizer adeus.

Talvez o fim da civilização computadorizada “tal como a conhecíamos” não estivesse, afinal, tão próximo quanto se proclamou no fim do milênio anterior; mas o término dos anos de despreocupação que esse anúncio pressagiava talvez estivesse. Um a um, os alicerces habituais em que se assentava a segurança tremeram, racharam e tombaram; as perspectivas de emprego e de rendas estáveis encolheram; laços e parcerias antes sólidos debilitaram-se e fragilizaram-se; muitos faróis de credibilidade supostamente inatacáveis ruíram ou estremeceram sob o peso da corrupção, ou implodiram com aquela confiança de marinheiros iludidos e sem rumo. Quanto aos governos, dos quais

se esperava que tornassem novamente seguros os inseguros e impusessem ordem à desordem, estes responderam com um curto e grosso “Não há alternativa” às queixas e aos protestos de seus súditos cada vez mais confusos e assustados, quando se dignaram a responder; em geral devolveram os pedidos de “Ajude-me” e “Faça alguma coisa” com carimbos de “Endereço errado” ou “Destinatário desconhecido”.

Contra o panorama de todos os ruídos e silêncios, as palavras (e os programas de televisão que logo se seguiram) de Nicolas Sarkozy, então recém-nomeado ministro do Interior (em 2002), pareciam uma mensagem que transbordava justamente do significado correto – a primeira mensagem desse tipo em anos. Sua nomeação, feita logo depois do início do que para muitos parecia um milênio ou pelo menos um século de incerteza, parecia abrir a porta para um novo papel e uma nova estratégia governamentais; apresentava uma outra época, a do “governo ouvinte”, um governo que seguiria o exemplo estabelecido pelos bancos, que atraíam seus clientes potenciais assegurando-lhes que “adoravam dizer sim”. A nomeação de Sarkozy prometia o advento de um período que tornaria de novo confiáveis os poderes constituídos, e seus súditos confiantes uma vez mais de que não se veriam abandonados a seus próprios recursos, terrivelmente escassos, na luta desesperada para encontrar um terreno firme sob os pés.

Sarkozy passava uma tripla mensagem. Primeiro, a estufa da insegurança conhecida por atormentar pessoas comuns como você e eu, esse antro de vício e fonte efusiva de horrores e pesadelos diurnos, foi encontrada, identificada e localizada: estava nos *banlieues*, nome genérico francês para bairros violentos e ruas perigosas, habitados por pessoas de aparência e modos estranhos (leia-se: diferentes dos nossos), e, portanto, provavelmente de hábitos e intenções igualmente estranhos (leia-se: suspeitos). Segundo, depois que se mapearam as raízes profundas das adversidades e iniquidades da sorte dos franceses, nós, as pessoas no poder, os caras poderosos, podemos e

conseguiremos enfim atacar o mal “pela raiz” – o que de fato já começamos a fazer (como se viu na TV). Terceiro, o que você acabou de ver na TV (as forças da lei e da ordem flexionando os músculos e atacando as fortalezas do crime em sua própria origem, a fim de cercar e prender criminosos passados, presentes e em potencial, esses culpados elementares de nossos dias de aflição e de nossas noites sem dormir) é apenas um exemplo, embora vívido, do governo em ação, determinado desde o início a ser vitorioso. (Para que esse otimismo não confunda os leitores de hoje, permitam-me lembrar que em 2002 a ocasião era propícia para o autor da mensagem, porque dois ou três anos depois ele poderia ter acrescentado, para sua vergonha posterior ainda maior, que as ações do governo estavam “destinadas a terminar em triunfo como as guerras no Afeganistão e no Iraque”.) Em suma, o que é dito pelo governo é feito pelo governo... ou pelo menos já começa a ser feito.

Agora estamos em 2010. No decorrer dos últimos anos, aquele ministro do Interior apostou no bilhete da “morte à insegurança” e foi eleito presidente da França (em 2007), mudando-se de uma propriedade mais humilde na Place Beauvau para o esplendor estonteante do Palais de l’Elisée. E agora, oito anos depois da mensagem convocando franceses e francesas a ouvir e tomar nota, uma tripla mensagem idêntica é transmitida de novo, com endosso e bênção apaixonados do presidente, por Brice Hortefeux, seu sucessor na Place Beauvau.

Segundo Denis Muzet, que escreve no *Le Monde*, o substituto e herdeiro de Sarkozy seguiu ponto a ponto a façanha realizada em 2002 por seu chefe e mentor, aumentando sua jornada de trabalho para 20 horas e usando seu tempo impressionantemente ampliado para se mostrar e ser visto “no local da ação”. Ele supervisionou ao vivo a demolição dos acampamentos do povo roma,* reunindo os expulsos e mandando-os de volta para

* Roma e sinti, dois subgrupos dos genericamente chamados de ciganos na Europa. (N.T.)

o “lugar de onde vieram” (ou seja, à miséria anterior), convocando prefeitos para emitir relatórios e instruções, ou apanhando-os de surpresa “no campo de batalha” para admoestá-los e instigá-los a agir: em mais uma tentativa, mais um esforço, mais uma nova ofensiva de verão (outono, inverno, o que seja) contra os responsáveis e culpados pelo infortúnio de pessoas decentes conhecido pelo nome de “insegurança”; mais um impulso final para acabar com outra guerra em tese destinada a ser a última. Ele está assombrado por monstros? Vamos começar nos livrando dos moinhos de vento. Isso não faz sentido? Talvez, mas pelo menos você sabe que não estamos perdendo tempo. Estamos fazendo alguma coisa – não estamos? Como se viu na TV!

Os guerreiros franceses na luta contra a “insegurança por procuração” não estão sozinhos quando prometem queimar a falta de segurança sob a forma de efigies dos povos roma e sinti. Seu aliado mais próximo é *Il Cavaliere* – O Cavaleiro –, que governa a vizinha Itália. Tanto assim que hoje há uma reportagem no *New York Times* escrita por Elisabetta Povoledo, italiana, na qual o governo de Silvio Berlusconi, de olho nos roma, aprovou um decreto em 2007 permitindo expulsar cidadãos da União Europeia após três meses de permanência no país, caso se possa demonstrar que eles não têm meios para se sustentar; seguiu-se outro decreto, em 2008, conferindo às autoridades do Estado novos poderes para expulsar cidadãos da União Europeia por motivos de segurança pública – se você representar uma ameaça, pode, deve ser, será apanhado e escoltado para o aeroporto mais próximo.

Para lucrar com as novíssimas e maravilhosas armas da guerra declarada à insegurança, é preciso primeiro garantir que os odiados ciganos se tornem, e acima de tudo sejam vistos como, uma ameaça suprema à segurança pública, só para garantir que o verbo dos poderes constituídos de fato se torne carne, e que as forças da lei e da ordem não flexionem os músculos em vão. Ou, de modo ainda mais direto, para transformar uma previsão em profecia autorrealizada: tendo vaticinado no *Bom Dia TV* um incêndio na floresta, prosseguir imediatamente asper-

gindo petróleo sobre as árvores e acendendo fósforos, de modo a que, no fim do dia, sua credibilidade e confiabilidade possam ser documentadas no *Jornal da Noite*.

“Quando se constroem acampamentos autorizados pela Prefeitura”, relata Povoledo, com frequência isso se dá na periferia das cidades, segregados do resto da população, com condições de vida bem abaixo do padrão. Isso permite aos governos “ignorar a questão da integração, processo que incluiria dar aos roma residências permanentes e acesso às escolas”. Os governos estimulam as suspeitas em relação aos roma com base em suas tendências nômades. Então, esses mesmos governos os forçam a permanecer nômades a despeito de seu desejo de se estabelecer; fazem o possível para forçar os que já o fizeram, de boa vontade e há um bom tempo, a voltar à vida de nômades – de modo que a rejeição original a todo o grupo étnico rotulado de “viajantes” possa afinal ser corroborada de maneira convincente pelas estatísticas, essas “realidades” pouco sujeitas a debate. Os roma provocam rancor por ser mendigos impertinentes? Certo, vamos garantir que não tenham a chance de ganhar a vida “de modo decente”. E quanto à nossa alegoria da floresta em chamas,

os acampamentos temporários são um perigo. Semana passada, em Roma, um garoto cigano de três anos morreu queimado quando o fogo irrompeu na cabana em que morava com a família, num acampamento ilegal perto do aeroporto de Fiumicino. Depois disso, o prefeito da cidade, Gianni Alemanno [outro político eleito com o tiquete da “guerra à insegurança”], disse que este mês a cidade começaria a desmontar duzentos acampamentos ilegais.

Num lampejo de previsão, pouco depois de ser coroada, a rainha Vitória, jovem, sincera e franca, observou em seu diário, em 28 de dezembro de 1836: “Sempre que ciganos pobres acampam em algum lugar, e crimes, roubos etc. ocorrem, isso é invariavelmente atribuído a eles, o que é chocante: e se eles sempre são vistos como vagabundos, como *podem* se tornar boas pessoas?”

Marx disse que a história tende a se repetir: da primeira vez, ela é drama, da segunda, farsa. Essa regra prevaleceu de novo no caso das duas guerras sucessivas contra a insegurança declaradas por Sarkozy no curso de uma década. Sobre a segunda, Alain Touraine observou com ironia que, de forma muito distinta das multidões que aplaudiram a declaração da primeira guerra do presidente, “ninguém acredita que os roma ou os ciganos sejam responsáveis por nossos infortúnios”. De fato, poucos creem, embora alguns ainda engulam a isca e demorem a cuspi-la.

Mas não foi para debater as causas do mal ou para fazer a nação acreditar na versão oficial que se lançou essa campanha do medo. Touraine põe o dedo na ferida ao observar que todas as manchetes de primeira página, todo o tumulto e toda a empolgação do público acontecem “num ambiente distante das grandes catástrofes que temos vivenciado”. Os efeitos da política ao estilo Sarkozy não devem ser avaliados pelo número de pessoas convertidas a culpar os roma, ou que continuam aderindo a esse comportamento, mas pelo número de olhares desviados (ainda que por pouco tempo) do que é relevante para suas vidas e expectativas – assim como da avaliação de quanto o governo do país está se eximindo das tarefas que, como proclama, legitimam suas prerrogativas, suas pretensões e sua própria presença. Se avaliada à sua – própria – maneira, a política ao estilo Sarkozy não pode ser facilmente descartada como um fracasso total. Nem se pode considerá-la falida – do que é vívido testemunho o número crescente de governos que correm a produzir imitações locais e a colocá-las em operação.

É improvável, você poderia comentar, que se possam afastar para sempre os olhares da nação. Assim, o adiamento ganho pelos governantes não teria curta duração? Mas, desculpem-me a pergunta, o que tem longa duração hoje? E quantos otários ainda creem em soluções finais ou de longo prazo? Seria suficiente, obrigado, que o adiamento durasse o bastante para permitir aos governantes encontrar outra atração também capaz de focalizar em si os olhares antes que estes tenham a oportunidade de se

voltar para o que *de fato* importa, para as coisas sobre as quais os governantes não podem nem querem fazer nada de importante.

Há também outra baixa colateral do estilo Sarkozy de governo. Surpreendentemente, embora nem tanto, ela é o mesmíssimo valor que esse estilo prometia, e continua a promover e a servir: os sentimentos de proteção e segurança, de estar protegido e seguro em relação a um destino adverso. Os franceses podem ser agora mais céticos ou mesmo cínicos sobre a efetividade das promessas do governo – assim como sobre o valor das realizações governamentais gravadas e televisionadas – do que eram no começo da primeira guerra de Sarkozy; mas é óbvio que estão hoje mais *apavorados* que nunca. Perderam muito da antiga fé na possibilidade de melhorar um pouco sua situação. Começam a acreditar que a insegurança chegou para ficar e possivelmente vai se tornar a condição normal dos seres humanos; e, com toda certeza, que os governos dos Estados não são o tipo de instrumento a ser usado para tentar remendar esse veredicto particular da natureza, da história ou do destino humano. Seja por ação ou por omissão, as ações bélicas de Sarkozy araram e fertilizaram o solo para viçosas colheitas tribais e fundamentalistas... O terreno assim preparado é uma tentação para conquistadores aventureiros, e poucos aspirantes à carreira política acharão fácil resistir a ele.

Esse tipo de governo também precisa de vítimas *nomeadas*. Nos eventos relatados por Denis Muzet e Elisabetta Povoledo, essas vítimas são, evidentemente, os povos roma e sinti. Mas, no tipo de política cada vez mais *à la mode*, as vítimas, sejam elas nomeadas ou “colaterais”, não são apenas peões nos jogos de outros povos; nos jogos agora encenados, são também extras anônimos e descartáveis, fáceis de substituir – extranumerários cuja morte ou afastamento nenhum jogador e apenas um ou outro espectador tenderiam a observar e a lembrar, que dirá lamentar e deplorar.